

## CPI da Dívida aprova relatório sobre contas de 2024 de Auricchio

## NA GESTÃO AURICCHIO

## Relatório da CPI da Dívida é aprovado com evidências de perdas a S.Caetano

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida, instaurada na Câmara de São Caetano para investigar as contas de 2024 do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), aprovou ontem o relatório do vereador Edison Parra (Podemos), que apontou práticas que ferem a boa administração pública e que prejudicaram o município. O parecer será encaminhado ao plenário para votação. *Política 6*

# CPI da Dívida aprova relatório sobre contas de 2024 de Auricchio

Relator da comissão, Edison Parra afirma que foram identificadas práticas que comprometem a boa administração pública e causaram prejuízos

ANGELICA RICHTER  
angelicarichter@dgabcc.com.br

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, instaurada na Câmara de São Caetano para investigar as contas de 2024 do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), aprovou na quinta-feira (2) o relatório do vereador Edison Parra (Podemos), que classificou o documento como "extremamente duro" diante da gravidade dos fatos apurados.

O parecer, que será encaminhado ao plenário para votação, propõe o envio das conclusões a órgãos de controle, como o MP-SP (Ministério Público de São Paulo), o TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional, para adoção das medidas cabíveis.

O relatório final, com cerca de 210 páginas, foi aprovado pelos demais membros do grupo, César Oliva (PSD), presidente, e Marcel Munhoz (Progressistas), proponente. "A CPI cumpriu o seu papel, que era de investigar as irregularidades da antiga gestão. Estou com o sentimento de dever cumprido", afirmou Parra.

O vereador confirmou que



EDISON PARRA. 'Entreguei um relatório extremamente duro'

foram encontradas diversas práticas que ferem a boa administração pública e que prejudicaram São Caetano. Durante os trabalhos da CPI da Dívida, foi contratada uma auditoria

externa para aprofundar a análise das contas municipais. O estudo foi conduzido pela Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Eco-

nomia), com base em cerca de 14 mil páginas de documentos encaminhados pela Prefeitura.

O relatório técnico apontou possíveis desconformidades à LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à Lei 4.320, que estabelece regras para a gestão das finanças públicas. Segundo a auditoria, o volume de inconsistências identificadas pode chegar a R\$ 232 milhões.

De acordo com o relatório da Fundace, quatro pontos concentram as principais irregularidades: o cancelamento de R\$ 30 milhões em dívidas já liquidadas em 30 de dezembro, último dia útil de 2024; a existência de R\$ 154 milhões em obrigações a pagar sem cobertura orçamentária; distorções de aproximadamente R\$ 20 milhões nos saldos bancários; e o pagamento de R\$ 47 milhões em despesas de 2024 por meio de empenhos emitidos apenas em 2025.

A CPI chegou a aprovar a condução coercitiva de Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda na gestão Auricchio, e do ex-prefeito para que participassem de oitiva. No entanto, na data marcada, ambos apresentaram carta conjunta justificando a ausência. No documento, alegaram que a comissão se baseava em materiais sob investigação criminal, questionaram a contratação, sem licitação, de auditoria externa e afirmaram que o município teria negado acesso a informações e documentos essenciais para a defesa.

"Desde que a CPI foi criada, sempre disse que iria realizar um trabalho muito sério, técnico e responsável, em busca da verdade. Muita gente desacreditou da comissão, mas o relatório que entreguei não deixa margem para nenhuma dúvida. Não é 'pizza', muito pelo contrário", declarou.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política **Página:** Capa + Página 6